

O Direito à convivência pública ou a Barbárie

Jailson de Souza e Silva¹

“Aquele que luta com monstros deveria olhar para si mesmo para não se tornar um monstro. E quando você olhar para um longo abismo, o abismo também deve olhar para você.” F. Nietzsche, Para além do bem e do mal, 1886.

Dia 04 de abril de 2016, seis horas da manhã. Agentes da Polícia federal, do CORE – grupo de elite da Polícia civil – e PMs invadem a favela de Acari a fim de fazer cumprir um mandado de prisão de um morador local, condenado a 8 anos por tráfico de drogas. Ao fim da ação, cinco suspeitos foram mortos; dois suspeitos de ligação com o tráfico de drogas foram detidos; cerca de 800 estudantes do ensino fundamental perderam suas aulas; os moradores viveram mais um dia do terror armado; o mandado de prisão não foi cumprido. Mesmo assim, os policiais afirmaram que a operação foi um êxito. Li todas as notícias que pude sobre o ocorrido e, essencialmente, essas foram as informações que pude obter. De diferente, uma mesma matéria, publicada em um jornal online paulista e em outro do Espírito Santo, afirmava a indignação dos moradores pelo que teria sido uma execução e que um dos mortos trabalhava no hospital municipal existente no Bairro de Acari. Em um único jornal expresso, se publicou também essa fala dos moradores e o nome do funcionário morto: Sérgio Eduardo Fernandes. Foi o único que teve esse direito.

22 de março de 2016: a grande mídia estampa com destaque levantamento do IPEA e do Fórum de Segurança Pública: Brasil se tornou o campeão mundial em números absolutos de assassinatos em 2014, último ano de sistematização dos dados. Atingimos, então, o número de 59.627 pessoas assassinadas, o que representou 13% dos homicídios ocorridos no mundo naquele ano. Para efeitos de comparação com o próprio Brasil, pois não há nem termos de comparação razoável com países no mesmo patamar de desenvolvimento socioeconômico, foram registradas 39.325 assassinatos em 2003, número reduzido para 37.113 em 2004 – aparentemente por causa da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, de acordo com o Mapa da Violência. Portanto, na conjuntura de maior desenvolvimento econômico e social do país em décadas, com uma expressiva redução da pobreza e da desigualdade, tivemos um aumento no percentual da violência letal de quase 40%. O que enterra de uma vez por todas o mito de que a pobreza é a causa da violência. O pior ainda não é isso, mas o fato de que, ainda de acordo com aquela publicação, foram assassinadas, em 2012, 56.337 pessoas. Logo, há um sistemático, contínuo, agravamento do fenômeno, não se vendo soluções a curto prazo para dar conta dele. E a população

¹¹ Fundador do Observatório de Favelas e autor, dentre outros livros, de “bruxas e bruxos da cidade: personagens da revolução do contemporâneo”.

pobre, negra e jovem das favelas e periferias, especialmente, seguirá sentindo os efeitos desse processo genocida.

A fim de melhor interpretar a maior tragédia atual da sociedade brasileira, devemos buscar os pontos de contato entre a citação de Nietzsche, em epígrafe, a notícia sobre as mortes de Acari e os dados sobre assassinatos no Brasil. Minha tese é que a “monstrualização” do “outro”, do diferente, é a premissa que sustenta a naturalização e banalização da morte de uma parcela específica da população brasileira. Quando *monstrualizamos*, arrancamos o outro de sua humanidade, deixamos de percebê-lo como alguém semelhante a nós e desejamos que ele saia de nosso convívio. Os nazistas, antes de começarem a matar os judeus, os *monstrualizaram*, construindo uma representação na qual se obliterava a condição humana daquele povo. A partir do momento que se consegue atingir o sucesso na massificação dessa representação, pode-se partir para a eliminação dos *monstros*.

O mesmo foi feito no Brasil com os traficantes de drogas e aqueles que têm o mesmo perfil. Quando lançamos um olhar desnaturalizador do que lemos sobre o mais recente massacre na favela de Acari – ou deixamos de considerar cinco mortes um massacre? – um conjunto de elementos nos impressiona: em primeiro lugar, o pequeno espaço concedido às mortes pelos meios de comunicação. O assunto já se tornou tão corriqueiro que não ocupa as páginas centrais da mídia, nem tem destaque nas páginas internas; o segundo elemento, e que mais corrobora a hipótese da *monstrualização*, é a falta de identidade de qualquer espécie dos mortos. Não conhecemos seus rostos, suas idades, seus nomes, seus perfis, suas histórias, seus sonhos, seus hábitos, ... tudo o que a mídia gosta de reproduzir quando morre alguém considerado com direito a viver. O único que teve o direito de ter o nome registrado, e nada mais do que isso, foi o “trabalhador”. Embora Sérgio tenha chances muito pequenas de se tornar um novo “Amarildo”,² um vivo anônimo que se tornou um fantasma presente e iluminado depois da morte graças às redes sociais.

O processo de *monstrualização* disseminado no país também vem ocorrendo diante da tentativa de *impeachment* da presidente Dilma. Independente das posições em pauta sobre a questão – e eu tenho muito convicção da minha, uma parcela significativa da população usa a disputa política como uma forma de destilar ódio, intolerância, desprezo e mesmo violência física em relação àqueles que pensam diferente. Transformar um no *corrupto*, por um lado, ou no *fascista*, por outro, decorre da incapacidade de afirmarmos o direito mais importante para combatermos as diversas formas de barbárie que vem dominando o mundo contemporâneo em todas as suas latitudes: o direito à

² Amarildo era um morador da Rocinha que foi assassinado por policiais da UPP daquela favela em 2014 e, graças a um conjunto de manifestações da sociedade civil, teve sua morte investigada pela polícia, com a decorrente prisão dos policiais que o torturaram até a morte. Seu corpo não foi encontrado.

convivência, transmutação para o século XXI do lema menos valorizado e reconhecido da tríade da Revolução Francesa: a fraternidade. E por que será que aqueles revolucionários acrescentaram esse terceiro elemento entre os eixos fundamentais da sociedade que almejavam? Por que a conciliação entre as posições dos liberais a respeito da liberdade individual, especialmente, e dos proto democratas, socialistas, comunistas e anarquistas em relação à igualdade das pessoas só poderia ser mediada se as pessoas aceitassem conviver, partilhar o mesmo espaço, regras comuns de convivência, de civilidade, de respeito ao outro.

Racismo, machismo, homofobia, intolerância religiosa, étnica política ou socioeconômica estão na base de todos os conflitos e violências contemporâneas. E todos só poderão ser resolvidos se construirmos bases comuns de convivência. Tanto na favela quanto nos bairros nobres; tanto no campo político como no campo da cultura; tanto na relação com os *nosso*s como na relação com os *deles*. Sem a garantia do direito à convivência, não sairemos da barbárie profetizada por Rosa Luxemburgo em 1916. Já estamos nelas. Diferente da ocorrida com o Império Romano, nos tornamos bárbaros dentro de nossa própria sociedade. O barbarismo se manifesta no genocídio contra os jovens, negros pobres e no isolamento e insegurança dos mais ricos dentro de seus espaços cada vez mais privados.

Nossas divergências vão continuar a existir, não há utopia que dê conta disso, felizmente, pois a História sempre continua. Mas, para isso, precisamos afirmar nossa condição humana comum, acima de tudo. E construir políticas públicas que permitam esse direito à convivência. Essa é uma escolha que precisamos saber fazer. E viver. Antes que cheguemos ao colapso completo.